



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

DANIELA PRAÇA SOARES

**A CRIANÇA COM AUTISMO NA ESCOLA: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A
INCLUSÃO**

RONDONÓPOLIS-MT
2019

DANIELA PRAÇA SOARES

**A CRIANÇA COM AUTISMO NA ESCOLA: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A
INCLUSÃO**

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Campus Universitário de Rondonópolis-MT da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Nivaldo Alexandre de Freitas

RONDONÓPOLIS-MT
2019

Catlogação da Publicação
Biblioteca Central – UFMT

P895c Praça Soares, Daniela.

A CRIANÇA COM AUTISMO NA ESCOLA: POSSÍVEIS
CAMINHOS PARA A INCLUSÃO / Daniela Praça Soares. – 2019
45 f. ; 30 cm.

Orientador: Nivaldo Alexandre de Freitas.

TCC (graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Mato
Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2019.

1. Transtorno do Espectro Autista. 2. Inclusão. 3. Adaptações
Curriculares. I. Título.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Título: **A CRIANÇA COM AUTISMO NA ESCOLA: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A INCLUSÃO**

Daniela Praça Soares

DANIELA PRAÇA SOARES

A CRIANÇA COM AUTISMO NA ESCOLA: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A INCLUSÃO

Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Campus Universitário de Rondonópolis-MT da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Professor(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Professor(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Professor(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Rondonópolis-MT ____/____/____

AGRADECIMENTOS

Expresso, de todo coração, meus profundos agradecimentos a todos que estiveram comigo na caminhada da minha formação e a todos que de forma direta ou indireta colaboraram de alguma maneira com este trabalho.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me sustentado até aqui, aos meus pais, que nunca me abandonaram e sempre estiveram comigo durante todo esse longo percurso, aos meus irmãos que são o significado da minha vida e de todas as minhas lutas e a todos os meus familiares. Ao meu companheiro por todos os conselhos, toda colaboração e esforço, por caminhar comigo até aqui e não medir esforços para me ajudar com tudo que fosse necessário. Aos meus colegas e amigos de classe que fizeram com que esse período se concluísse com mais alegria, além de toda ajuda e colaboração que eles sempre me ofereceram.

Também agradeço a todos os professores que passaram por minha formação, desde minha professora da pré-escola, a qual eu tenho profundo respeito e admiração, até os meus professores da graduação. Todos eles de alguma maneira me serviram de exemplo, ou contraexemplo, para que eu me constituísse como ser humano e como professora.

De forma especial agradeço ao meu professor orientador Nivaldo Alexandre de Freitas, que foi meu guia durante todo esse processo na produção deste trabalho, me orientando e apontando os melhores caminhos para a sua produção.

Sem vocês eu não teria chegado até aqui, deixo os meus sinceros agradecimentos por tudo, muito obrigada!

RESUMO

Sabe-se da importância de uma educação inclusiva e nota-se que o assunto autismo ainda é estudado de forma pouco profunda por profissionais da área da educação. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva apresentar um breve percurso histórico sobre a educação inclusiva no Brasil e sobre o autismo, assim como suas definições, características e alguns caminhos necessários para a inclusão do aluno com autismo na escola regular, perpassando as leis que garantem educação a todos e a lei específica de proteção aos autistas (Lei Berenice Piana). Também aponta a importância da formação dos professores e possíveis adaptações curriculares para crianças com autismo. Nessa pesquisa, a criança é vista e compreendida como um ser singular que necessita de estímulos para aprender, visão esta ainda mais atenta para com o universo dos autistas, devido às suas peculiaridades na forma de aprender. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica pautada nas ideias centrais de autores que discutem: autismo, educação e inclusão. Com essa pesquisa foi possível identificar a existência de práticas pedagógicas que facilitam a inclusão e a educação de crianças com autismo, assim como adaptações curriculares coerentes com as necessidades específicas de cada criança e a importância de professores capacitados e aptos a compreender as necessidades de seus alunos, construindo caminhos necessários para sua aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino Aprendizagem; Transtorno do Espectro Autista; Inclusão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO	10
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA - A RECENTE CONQUISTA DOS DIREITOS: DECLARAÇÃO DE SALAMANCA	11
2.2 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	13
2.3 LEI DE PROTEÇÃO AOS AUTISTAS: LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.....	17
3 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	20
3.1 BREVE HISTÓRICO DO AUTISMO	20
3.2 ESPECIFICIDADES DE QUEM POSSUI TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.....	22
3.3 OS APRENDENTES AUTISTAS	25
4 INCLUIR OU EXCLUIR?.....	32
4.1 ALGUMAS ADAPTAÇÕES CURRICULARES COMO CAMINHO PARA A INCLUSÃO.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho originou-se a partir do interesse em conhecer mais sobre crianças com autismo na área da educação, uma vez que o curso não oferece disciplina específica para isso. Em meu estágio obrigatório e não obrigatório me deparei com crianças que eram chamadas de “autistas”, contudo eu não sabia do que se tratava e imaginava que os autistas eram pessoas muito inteligentes ou ainda, ao ouvir o termo, os imaginava aos cantos balançando incessantemente alguma parte do corpo. Essa falta de conhecimento de minha parte, na época, mostra o quanto o assunto ainda é pouco conhecido, seja na sociedade em geral, seja na área da educação.

Pelo convívio tido com crianças autistas no período de estágio, surgiu o desejo e a curiosidade de estudar e saber mais a respeito do autismo na área educacional e das crianças com autismo no ambiente escolar comum. Nesse sentido a questão norteadora do meu trabalho é a seguinte: Os professores conhecem o que é o TEA e estão de fato trabalhando na e para a inclusão de crianças com autismo no ambiente escolar, incluindo essas crianças em sala pensando e planejando possíveis adaptações para que haja essa inclusão?

A partir da questão norteadora da pesquisa foi possível problematizar a respeito do objetivo geral deste trabalho, sendo ele: o intuito dessa pesquisa é apresentar um breve percurso histórico sobre a educação inclusiva no Brasil e sobre o autismo, assim como suas definições, características e alguns caminhos necessários para a inclusão do aluno com autismo na escola regular, perpassando as leis que garantem educação a todos e a lei específica de proteção aos autistas (Lei Berenice Piana). Também aponta a importância da formação dos professores e possíveis adaptações curriculares para crianças com autismo.

Apresentado o objetivo geral, ao logo da pesquisa discorri também sobre os objetivos específicos, sendo eles: 1. Pesquisar sobre a lei nº 12.764 aprovada no Congresso Nacional, sancionada pela presidenta Dilma e publicada no dia 28/12/2012- Lei Berenice Piana, de proteção aos direitos das pessoas com autismo; 2. Investigar os possíveis caminhos que possam facilitar a inclusão e a aprendizagem da criança com autismo; 3. Analisar como podem ser feitas as adaptações curriculares pensadas nos aprendentes autistas;

Esta pesquisa é caracterizada como bibliográfica, pois para sua realização foi feito uso apenas de materiais bibliográficos, tais como: livros, artigos, entre outros matérias caracterizados como bibliográficos. Severino (2016), exemplifica o que é a pesquisa bibliográfica:

[...] aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.(SEVERINO, 2016, p.131).

Nesse sentido, este trabalho de conclusão de curso está sendo direcionado da seguinte maneira:

O primeiro capítulo trata de um breve histórico sobre a educação em nosso país, na época em que não era destinada a todos, apresentando todo o percurso que percorrido para chegar no que hoje é chamado de “educação para todos” (Declaração de Salamanca). Nesse capítulo, também perpassamos a instituição de diversas leis que hoje asseguram a educação para crianças deficientes, inclusive as com autismo (Lei Berenice Piana), e seus direitos antes negligenciados.

O segundo capítulo faz um breve histórico das descobertas a respeito do autismo e suas definições e especificações para a melhor compreensão do que é o transtorno. Também especifica seus graus e algumas de suas principais características e sintomas. Este capítulo enfatiza a criança com autismo na escola e suas peculiaridades quanto ao ensino aprendizagem, assim como algumas orientações, que servirão aos docentes, para que o ensino se torne mais acessível a essas crianças.

O terceiro e último capítulo trata da discussão hoje tão presente na área educacional: a inclusão. Neste capítulo, conceituo o termo e disserto acerca de estratégias que podem ser utilizadas para que a inclusão (em destaque a da criança autista) de fato ocorra, incluindo adaptações curriculares.

Por fim, exponho as considerações finais deste trabalho ressaltando que na educação não existem modelos prontos e acabados, que cada criança aprende de uma maneira e que cabe ao professor criar condições e adaptações a fim de que a aprendizagem de fato ocorra de forma igualitária, sem preconceitos ou exclusão.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: UM BREVE HISTÓRICO

A educação é parte integrante da sociedade e por isso se transforma com o passar dos anos em um movimento de significação e ressignificação do que já existe e das novas descobertas do ser humano.

Como afirma Brandão, a educação é uma atividade especificamente humana e acontece em todos os lugares, das mais diversas maneiras e está presente desde o início da humanidade. Portanto, não é possível delimitar uma data ou um momento em que a educação foi criada, o que se pode fazer são percursos históricos sobre os métodos e as ideias que permeiam o campo educacional, as concepções de infância e a criação de determinadas figuras e conceitos específicos da educação (BRANDÃO, 1981).

Dentre as diversas formas de educação, temos a educação informal, aquela aprendida no cotidiano, por meio de vivências e do contato com o outro, sendo ela parte integrante de toda sociedade, independente da classe social da qual o indivíduo faça parte. Essa educação se encontra em todos os espaços, pois a todo momento a humanidade aprende e é capaz de transmitir novos conhecimentos.

Ao contrário dos aspectos do modelo da educação informal, existe um modelo de educação formal, que é aquele institucionalizado, constituído por quem ensina e quem aprende. Essa forma de educação acontece em ambiente específico, normalmente denominado escola (BRANDÃO, 1981).

O Brasil é um país extenso demograficamente e bastante populoso. Desde o início de sua colonização sua população é bastante diversa e também desde o início há uma desigualdade econômica e social muito grande presente em todo país.

A divisão entre a camada popular considerada pobre e a burguesia rica sempre existiu e por esse fato todo aquele que não tinha dinheiro passava a ser colocado à margem da sociedade. Essas pessoas eram consideradas sem cultura e sem classe. Conseqüentemente, os filhos de pessoas pobres eram também colocados em um lugar de inferioridade, não frequentavam a escola e começavam a trabalhar cedo para ajudar no sustento de sua família.

A escola era um espaço destinado a poucos, sendo acessível, na maior parte das vezes, apenas a crianças ricas, normalmente brancas. Os filhos de trabalhadores braçais tinham pouca instrução, essa instrução normalmente acontecia em casa no convívio com seus familiares. Sendo assim, negros e os índios tinham uma educação

formal desigual da que era destinada aos brancos, podendo-se dizer que o acesso a ela lhes era negado, ou quase impossível.

Desde a colonização do país, a educação formal era um privilégio de poucos, como já mencionado. Além das crianças pobres e negras, as crianças que apresentavam alguma diferença relacionada aos aspectos físico, intelectual ou comportamental, também eram excluídas do direito à educação. Só foi possível mudar essa realidade através de movimentos de luta.

Os pais de crianças que possuíam alguma deficiência preferiam mantê-las em casa, pois acreditava-se nessa medida como forma de proteção. Depois de algum tempo, em contato com outros pais, foram percebendo a necessidade de seus filhos de interagir socialmente, sendo esta benéfica para o desenvolvimento dos mesmos.

Somente no início dos anos 60, com o aumento dos pais que procuravam escola para seus filhos deficientes, houve a necessidade da oferta de ensino para essas crianças e, com isso, foram sendo criadas escolas que destinavam seu ensino apenas a crianças deficientes, chamadas de escolas excepcionais, que, a princípio, existiam apenas no ensino privado. Após longos anos de lutas, os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) vem garantindo seus direitos aos poucos (KASSAR, 2012).

2.1 Educação inclusiva - a recente conquista dos direitos: Declaração de Salamanca

Devido aos movimentos intensos de lutas para assegurar a igualdade de direitos, em 1990 foram criadas as primeiras leis que garantiam meios para acabar com o ensino segregador que colocava as crianças deficientes em escolas especializadas e não em escolas comuns. A partir de meados da década de 1990, o país passou a possuir poucos espaços públicos de atendimento escolar aos alunos com deficiências (KASSAR, 2012).

No ano de 1994, houve, na Espanha, uma assembleia com governos de 88 países para se discutir a integração da criança deficiente no sistema de ensino. Nessa assembleia foi criada a Declaração de Salamanca, onde a educação passou a ser pensada politicamente e legalmente “para todos”. A partir dessa declaração cada país

passou a ser responsável em cumprir legalmente o que prevê a Declaração dos Direitos Humanos, ou seja, uma educação que atinja a todos, sem distinção.

O Estado passou então a assumir o dever de promover educação para pessoas com deficiência, fazendo com que estas sejam parte integrante do sistema educacional. Dessa maneira, a criança com deficiência passou a ser vista pelo estado como aquela que tem características, habilidades e necessidades de aprendizagens singulares, sendo dever do mesmo garantir oportunidade de condições para o acesso e permanência delas nas instituições de ensino regular.

De acordo com as mudanças propostas na Declaração de Salamanca de 1994, os sistemas de educação e os programas educacionais devem ser pensados, implantados e executados com o objetivo de considerar, respeitar e incluir a enorme diversidade e pluralidade existente no campo educacional e social.

As crianças com Necessidades Educacionais Especiais devem ter acesso à escola regular, contudo, faz-se necessário que as escolas estejam preparadas para recebê-las, no sentido de acolhê-las e incluí-las, constituindo assim um espaço que atenda satisfatoriamente suas necessidades específicas. Ainda segundo a Declaração, os governos devem realizar investimentos políticos e financeiros no aprimoramento de seus sistemas educacionais.

Conseqüentemente, a escola contribuiria para a construção de uma sociedade inclusiva, bem como para o alcance de um dos grandes e principais objetivos educacionais e sociais: a educação para todos.

Outro aspecto importantíssimo a ser destacado é que a Declaração de Salamanca de 1994, determina aos governos que eles adotem o princípio de educação inclusiva, garantam o direito de crianças com deficiências ao acesso à escola regular e os registrem em documentos oficiais, tais como leis, políticas públicas, diretrizes, parâmetros, entre outros.

A participação dos pais e dos grupos sociais constituídos de pessoas deficientes, bem como toda a comunidade também é abordada no documento como uma das demandas cabíveis a ações governamentais, ou seja, a aproximação e a parceria de sujeitos envolvidos diretamente ou indiretamente com questões pertinentes a deficiência e sua participação em processos de diálogos, reflexões e tomadas de decisões ligadas à temática.

Além das propostas de educação inclusiva para os governos, a Declaração de Salamanca de 1994, apresenta orientações e demandas ligadas aos programas de cooperação internacional, agências financiadoras e outras instituições.

É importante ressaltar que os investimentos na formação dos profissionais da educação, tais como; estudos, debates, formações, diálogos e até mesmo intercâmbios com os múltiplos profissionais da área educacional, tornam possível a ampliação e o aprofundamento de estudos e conhecimentos acerca da educação inclusiva, junto às demais ações já citadas, contribuindo ricamente com o processo de efetivação na prática para uma educação inclusiva e para todos.

Fundamentado na Declaração de Salamanca e levando em consideração o direito de igualdade educacional, o Brasil cria diversos documentos que articulam deveres do Estado, da escola e da família com o objetivo de fazer com que a criança com Necessidades Educacionais Especiais tenha seus direitos assegurados, assim como as outras crianças que não possuem tais necessidades, um exemplo desses documentos são as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, criada em 2001, a qual será discutida no próximo tópico.

2.2 Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica foram criadas a partir da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 e estão entre os documentos criados pelo Estado para a implementação de uma educação inclusiva no país.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituídas pela Resolução nº 02/2001 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, investem na universalização do ensino de qualidade, com uma atenção voltada à diversidade instituindo em seu 1º Art. da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, Parágrafo único que a educação para crianças com Necessidades Educacionais Especiais terá início na Educação Infantil em creches e pré-escolas, em que será assegurado um serviço educacional especializado mediante a essa necessidade, em conjunto com a família e a comunidade.

Seu 2º Art. da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, prescreve que as instituições de ensino devem matricular todos os alunos e cabe

tomar medidas e adaptações para receber e ofertar ensino de qualidade à todas as crianças.

No parágrafo único do 3º Art. da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, consta que a escola deve criar um setor destinado apenas às crianças com NEEs (Necessidades Educacionais Especiais), especializado e adaptado a elas com recursos materiais e humanos adaptados para o atendimento das mesmas.

As Diretrizes têm como objetivo principal servir como guia e orientativo para o professor quando este se deparar com a situação de inclusão de crianças deficientes na Educação Básica. O documento, Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica, ampara o ensino em toda a educação Básica desde a Educação Infantil, ele aborda questões relativas à educação especial. Como consta nas Diretrizes, entende-se por Educação Especial:

Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (CNE/CEB, 2001, p.1).

De acordo com o Art. 5º da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, se enquadra na modalidade de Educação Especial crianças que apresentam as seguintes particularidades:

I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. (CNE/CEB, 2001, p.2).

Com a implantação da nova lei, as crianças com Necessidades Educacionais Especiais são amparadas e asseguradas pelo direito de estudarem em sala de aula

comum, como consta no Artigo 7º: “O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.” (CNE/CEB, 2001, p.2).

As escolas que antes eram destinadas apenas a crianças com Necessidade Educacional Especial, dão espaço a salas de aula comuns, em que todas as crianças convivem no mesmo espaço e aprendem com suas diferenças.

Não se pode mais criar escolas públicas ou salas destinadas apenas a crianças com Necessidades Educacionais Especiais que substituam a sala comum. As salas especializadas destinadas a essas crianças passam a servir como um apoio extra às aulas regulares. Tal sala é atualmente chamada de Sala de Recursos Multifuncional.

As diretrizes prescrevem que, no contato com outras crianças que não possuem nenhuma dificuldade específica, a criança que possui alguma particularidade terá maior facilidade em aprender por desse contato, da interação e da troca de saberes.

Estar em uma sala de aula comum, convivendo com as diferenças não significa que de fato as crianças que possuem alguma Necessidade Educacional Especial vão consolidar seu aprendizado da mesma maneira que as outras. Assim, não pode ser considerado Inclusão apenas o fato de a criança estar inserida em uma sala de aula, sem executar nenhuma atividade, sem fazer parte da rotina da turma, estando apenas inserida no espaço, sem qualquer tipo de interação que envolva seu aprendizado ou adaptação no plano de aula do professor para que possa, de fato, aprender.

Algumas medidas devem ser pensadas a fim de possibilitar o aprendizado efetivo e as Diretrizes em seu Art. 8º da RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001, dispõem que algumas providências devem ser pensadas e algumas adaptações precisam ser revistas.

Primeiramente, o professor necessita ser capacitado e especializado para atender a todos da classe comum. Por capacitado entende-se aquele que, em sua formação, teve acesso a conteúdos sobre educação especial, estando apto, no entanto a adaptar suas ações pedagógicas de acordo com as necessidades de cada criança. Já por professor especializado entende-se aquele que obteve curso especializado na área de educação especial, ou seja, pós-graduação na área de Educação Inclusiva, como consta no Art. 18 da lei CNE/CEB de 2001.

Os alunos com Necessidades Educacionais Especiais, devem estar bem distribuídos por todas as salas da escola, de modo que não fiquem muitos em determinada sala e poucos ou nenhum em outras salas. Devem haver quantas adaptações forem necessárias para que todas as crianças tenham as mesmas condições de aprendizado, isso inclui adaptações do espaço físico, do currículo, do planejamento, da rotina, das metodologias, dos recursos didáticos e da avaliação em consonância com o Projeto Pedagógico da escola. Nesse sentido, as escolas de ensino regular devem promover:

IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

- a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;
- b) atuação de professores- intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;
- c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente;
- d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V – serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

VI – condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

VIII – temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série;

IX – atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em menor tempo, da série ou etapa escolar, nos termos do Artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96. (CNE/CEB, 2001, p.2).

Entendendo, pois, que cada indivíduo tem sua singularidade e que pensa, age e aprende de maneira distinta, o documento pede que a Educação Especial considere as singularidades de cada criança, seus perfis e suas características para construir uma educação pautada em princípios éticos e políticos, a fim de garantir dignidade humana, valorização de suas potencialidades e contribuição ao exercício de sua cidadania, respeitando as peculiaridades de cada criança.

Em síntese, a lei orienta a pensar (e executar) estratégias que solucionem problemas e possíveis dificuldades, mas não que excluam a criança tratando-a como problemática. O aluno com Necessidades Educacionais Especiais deve ser visto em sua totalidade, a partir de suas capacidades, não de sua deficiência.

Em detrimento do problema, as possíveis soluções devem ganhar atenção. Em outras palavras, não deve se analisar a deficiência, mas as formas peculiares de aprendizado da criança, pois, em última análise, todos têm suas especificidades no aprendizado. O que deve ser considerado, assim sendo, é a criança como indivíduo para muito além de suas limitações.

Ademais, é importante ressaltar que o aluno com alguma NEEs não deve ser recebido como alguém que deva se ajustar ao cotidiano da escola. A escola e toda a comunidade escolar é que devem encontrar soluções e caminhos a fim de que toda a diversidade de crianças existentes na instituição de ensino tenha iguais condições de aprendizagem.

2.3 Lei de proteção aos autistas: Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012

Como descrito nos tópicos anteriores, as crianças vêm conquistando aos poucos seus direitos, principalmente no que diz respeito à educação. A Constituição Federal de 1988 no seu Artigo 205 institui que a educação é direito de todos sendo um dever do Estado e da Família. Nesse sentido, todas as crianças têm assegurado o direito de frequentar a escola.

Contudo, sabe-se que crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, têm certa dificuldade quanto ao acesso e permanência nas unidades de ensino.

Entre tantas deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que existem, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um

dos mais discutidos no momento, principalmente em eventos, palestras e discursos da área educacional, uma vez que o número de crianças diagnosticadas com o transtorno nas escolas aumentou consideravelmente e, por conseguinte, a preocupação dos docentes a respeito de como lidar com essas crianças.

A falta de formação, orientação, informações pertinentes, estudos e teorias sobre o autismo tem causado bastante descontentamento aos professores que se veem sem os conhecimentos necessários para lidar com esses alunos em uma turma regular.

Com o decreto da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei Berenice Piana, fica conceituado o autismo como uma deficiência, sendo assim, todas as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), têm por direito frequentar a escola regular e, se necessário, ter atendimento especializado.

De acordo com a Lei, a criança considerada com Transtorno do Espectro Autista é aquela que possui:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (§ 1º, Lei nº 12.764/12)

A criança com autismo, assim como as demais crianças, tem alguns direitos reservados e prescritos nessa lei, dentre eles está o de acesso à educação pública gratuita e o direito de estar incluso em sala comum. Sendo assim, para o melhor desempenho da criança em sala, o aluno cujo Transtorno do Espectro Autista for comprovado por laudo médico, tem direito a um acompanhante especializado para seu auxílio na instituição de ensino.

Dentre todos os outros direitos que a lei respalda, esse nos parece ser o mais importante e necessário para a inclusão da criança na escola e para o seu auxílio no cotidiano da turma.

Conseguimos acentuar então, que existem leis que asseguram o direito de crianças, com algum tipo de deficiência, frequentarem uma turma regular, de estarem matriculados em uma instituição pública de ensino, sendo assim foi possível notar o quanto isso avançou, o que antes era negligenciado hoje está assegurado e disponível a todos, sem distinção, o que podemos considerar uma conquista diante do modelo de educação citado no início do trabalho, o qual separava, isolava, excluía, não era disponível a todos,

Nesse sentido, é possível notar que as crianças com algum tipo de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, vem ganhando espaço na sociedade e conquistando aos poucos seus direitos, contudo nos perguntamos: estar a criança inserida em uma turma regular, que é o que a Lei assegura, significa estar realmente incluída? Essa questão será discutida no próximo capítulo, no qual argumentarei mais enfaticamente sobre questões relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista e a inclusão da criança com TEA na escola.

3 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), mais conhecido como Autismo, se tornou um tema bastante discutido nos últimos tempos em diversas áreas do conhecimento, como a medicina e a educação. Devido ao fato de ainda não haver respostas prontas para todas as particularidades do transtorno, o tema tem sido bastante discutido nas escolas, nos cursos superiores e, principalmente, nas licenciaturas, sendo foco de debates, matérias, minicursos, eventos, entre outros espaços nos quais se procura discutir e aprofundar a temática, a fim de sanar algumas dúvidas e questionamentos principalmente por parte dos docentes que vivem constantemente em seu dia a dia o contato com crianças autistas.

Mas afinal, o que é o Autismo? Ainda são muito recentes os estudos voltados para o transtorno, contudo podemos salientar algumas informações. Hoje o autismo é caracterizado, de acordo com Costa, como:

Uma desordem neurológica que afeta a capacidade do indivíduo de se comunicar ou estabelecer relações com as pessoas e o ambiente, apresentando restrições por atividades, além de abranger sintomas complexos que variam de indivíduo para indivíduo, necessita ser diagnosticado na mais tenra idade, haja vista, que o tratamento precoce pode influenciar no avanço do desenvolvimento da pessoa com deficiência. (COSTA, 2017, p.34)

Existem diversas suposições que são colocadas a fim de que se compreenda melhor o TEA e porque alguém nasce com ele, no entanto nenhuma delas comprova com exatidão questões como por exemplo as causas de uma pessoa nascer com autismo.

É difícil explicar o que ainda não se conhece totalmente, então serão apontadas algumas questões levantadas por quem estuda o TEA, na área da educação, enfatizando que não será explicitado aqui o que a área da saúde contextualiza sobre o transtorno.

3.1 Breve histórico do Autismo

“O termo autismo vem da palavra grega *autós*, que significa ‘por si mesmo’. [...] É um termo usado, dentro da psiquiatria, para denominar comportamentos

humanos que se centralizam em si mesmos, voltados para o próprio indivíduo [...]” (ORRÚ, 2012, p.17). A palavra autismo foi utilizada pela primeira vez pelo psiquiatra Eugen Bleuler, no ano de 1911, ele utilizava o termo autismo para referir-se ao isolamento de pessoas esquizofrênicas.

Posterior aos estudos de Bleuler, em 1943 o médico psiquiatra americano Leo Kanner, deu mais atenção às crianças que apresentavam esse isolamento. Ele estudou 11 crianças com características de isolamento social extremo desde muito pequenas, além do isolamento social essas crianças eram apegadas a rotinas fixas, preferiam objetos em vez de pessoas, não gostavam de contato corporal nem visual, tinham dificuldades na fala (ecolalia) e muitas vezes não falavam. Sobre o estudo dessas crianças, Orrú explica:

Kanner, o primeiro a publicar uma investigação minuciosa sobre a doença, relatou o caso das 11 crianças como um quadro de ‘autismo extremo, obsessividade, estereotípias e ecolalia’, nomeando-o ‘Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo’. As características apresentadas por esse grupo de crianças eram: incapacidade para estabelecer relações com as pessoas, um vasto conjunto de atrasos e alterações na aquisição e uso da linguagem e uma obsessão em manter o ambiente intacto, acompanhada da tendência a repetir uma sequência limitada de atividades ritualizadas. O alheamento em que viviam era extremo, desde os primeiros anos de vida, como se não estivessem no mundo, sem responder a nenhum estímulo externo, mantendo-se em um isolamento rígido e peculiar [...] (ORRÚ, 2012, p. 18, grifos do autor)

Kanner também afirmava que as mães eram as grandes responsáveis por suas crianças serem assim, ressaltando que em algum momento a mãe não prestava contato afetivo suficiente para o filho. A respeito disso Cunha explica:

Durantes anos equivocadamente enfatizou-se o papel da função materna e paterna no aparecimento do autismo. Atualmente sabe-se que o autismo não advém dessa relação. Credita-se o comprometimento autista a alterações biológicas, hereditárias ou não. A respeito das causas do autismo, ainda que não sejam satisfatoriamente conhecidas, alguns estudiosos acreditam que os fatores metabólicos decorrentes de alterações bioquímicas são, de certa forma, submetidos aos efeitos do ambiente e modificados por ele. Em razão disso, existe uma grande preocupação atual com a toxicidade dos metais pesados e a sua influência nos processos biológicos que levam aos sintomas. [...] (CUNHA, 2017, p.25)

Um ano depois, em 1944, o psiquiatra Hans Asperger, descrevia sobre as mesmas condições retratadas por Kanner e publicou um estudo, em que ele observou cerca de 400 crianças com essas mesmas características, ficando essa especificidade conhecida posteriormente como Síndrome de Asperger. Mesmo não trabalhando juntos, Kanner e Asperger trabalhavam sobre as mesmas questões, enquanto um descrevia crianças muito afetadas o outro estudava crianças com muita capacidade. (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012)

Como Asperger não conhecia Kanner, ele acredita ter “descoberto” o autismo estudando crianças atendidas em sua clínica pediátrica e em 1944, publicou suas observações, nas quais algumas se assemelhavam com as pesquisas de Kanner e algumas se diferenciavam. Os dois médicos foram os primeiros a pesquisarem o autismo e muitas de suas observações são ainda as mais consideradas para explicar o transtorno. (IDEM, 2012)

Até então os estudos de Kanner e Asperger eram o que se conhecia sobre o autismo e somente em 1960, outra psiquiatra chamada Lorna Wing, mãe de uma menina autista, começou a escrever e publicar textos de grande relevância pertinentes ao transtorno. Lorna foi a primeira estudiosa a escrever sobre a tríade interação social, comunicação e padrões alterados de comportamento. Nesse momento, o autismo permanecia entre as psicoses infantis, sendo ainda considerado uma forma de esquizofrenia. Apenas em 1980, isso começou a mudar, quando recebe uma denominação correta específica e passa ser considerada uma síndrome, deixando de ser vista como psicose. (IBIDEM,2012)

Não há como negar que hoje se sabe muito mais sobre o autismo, no entanto, ainda não se tem total certeza das causas da síndrome. Alguns estudos apontam que são causas genéticas, outros que são fatores ambientais externos. Além disso, também não foi descoberta uma cura (afinal, o que se cura é doença e o autismo não é considerado como tal). Enfim, são muitas dúvidas ainda a respeito do assunto, embora muitas informações valiosas aos educadores tenham sido adquiridas com a contribuição de diversas pesquisas.

3.2 Especificidades de quem possui Transtorno do Espectro Autista

Mas o que é mesmo o autismo? A maioria das pessoas já ouviu, em algum momento, esse termo, e quando alguém fala de autismo, o pensamento das pessoas é remetido a filmes com crianças quietas em seu canto balançando incessantemente alguma parte do corpo ou a crianças extremamente inteligentes com capacidade de criar coisas incríveis, fazerem contas muito difíceis ou serem excelentes médicos cirurgiões.

Contudo, sabemos que o autismo não é apenas isso, ele é uma gama de inquietações e questões ainda não respondidas que estão sendo reveladas e descobertas aos poucos, tranquilizando gradativamente pais, médicos e professores que precisam saber lidar com crianças com autismo no seu dia a dia. Conviver com pessoas com autismo é tarefa desafiadora para aqueles que não compartilham de suas especificidades e, ainda mais, para os que não sabem nada a respeito do transtorno.

Segundo Cunha, em consonância com a lei nº 12.764 (Lei Berenice Piana) o autismo se caracteriza como:

[...] uma deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por dificuldade de comunicação verbal, reciprocidade social e dificuldades para desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento. Além disso, o texto da lei ressalta os padrões restritivos e repetitivos de comportamento da pessoa com autismo, manifestados por atividades motoras ou verbais estereotipadas ou por comportamentos sensoriais incomuns, apego a rotinas e interesses restritos e fixos. (CUNHA, 2017, p.20)

O autismo é um transtorno que se manifesta normalmente antes dos três anos e afeta principalmente três áreas humanas: o desenvolvimento da linguagem, a interação social e o comportamento. Normalmente, a característica mais peculiar de uma pessoa com autismo é a interação social, a dificuldade de olhar diretamente nos olhos, de entender sinais, de fazer amizades, brincar com outras crianças.

As pessoas com autismo dependendo do seu espectro, também costumam ter dificuldade para imaginar coisas que não sejam concretas. A grande maioria também demora para falar, falam pouco ou até mesmo não falam nada. Os que usam da linguagem oral normalmente falam repetidamente as mesmas palavras ou repetem o que veem na televisão ou as frases que ouvem com mais frequência (ecolalia). Essas

três áreas que são mais afetadas nos autistas são chamadas de tríade de dificuldades. Alguns autores as definem da seguinte maneira:

A principal área prejudicada, e a mais evidente, é a da habilidade social. A dificuldade de interpretar os sinais sociais e as intenções dos outros impede que as pessoas com autismo percebam corretamente algumas situações no ambiente em que vivem. A segunda área comprometida é a da comunicação verbal e não verbal. A terceira é a das inadequações comportamentais. Crianças com autismo apresentam repertório de interesses e atividades restritos e repetitivos (como interessar-se somente por trens, carros, dinossauros etc.), têm dificuldade de lidar com o inesperado e demonstram pouca flexibilidade para mudar as rotinas. (SILVA; GAIATO; REVELES. 2012. p. 9-10)

A seguir apresentarei melhor o conceito da tríade de dificuldades, explicando cada uma de suas principais características, podendo variar de pessoa para pessoa, uma vez que todo sujeito tem sua singularidade.

Linguagem: A grande maioria dos autistas demoram a falar, falam pouco, ou até mesmo não falam nada. A linguagem não verbal também é afetada, havendo assim dificuldade em expressões faciais e corporais. Os que usam da linguagem oral normalmente falam repetidamente as mesmas palavras ou repetem continuamente o que veem na televisão ou frases que ouvem com mais frequência (ecolália).

Socialização: A característica mais peculiar de um autista é a interação social, os autistas têm uma grande dificuldade de se socializar com as pessoas, de olhar diretamente nos olhos, fazer amizades, brincar com outras crianças. Pela pouca aproximação com as pessoas eles tem uma dificuldade acentuada de imaginar, portanto isso afeta na aprendizagem, entendendo que a imaginação para as crianças é muito importante para o aprendizado.

Comportamento: Por conta da inflexibilidade no pensamento (pouca capacidade em imaginar), o autista tem uma rotina normalmente fixa, isso explica alguns comportamentos ritualístico e obsessivos, aceitando pouco mudanças em seus hábitos. Alguns com o grau mais avançado da síndrome ainda tem um comportamento um pouco agressivo perante pessoas desconhecidas, por exemplo.

Após a reorganização do novo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), neste caso o 5º, o autismo passa ser dividido em três “graus”. O que antes era dividido em Autismo, Transtorno Desintegrativo, Síndrome de Asperger e

Síndrome de Rett passa a ser um só, chamado de Transtorno do Espectro Autista ou Autismo (SANT'ANA; SANTOS, 2015).

A classificação dos graus do autismo é dividida de acordo com o grau de comprometimento do distúrbio. Quem tem autismo em grau leve, por exemplo, consegue acompanhar mais a aprendizagem na escola de acordo com sua turma, consegue normalmente falar e interage um pouco com os demais, já no grau severo do autismo normalmente a criança não acompanha o ritmo da turma na escola, não fala e dificilmente consegue se socializar.

Tabela 1: Os três graus do Transtorno do Espectro Autista

LEVE	MODERADO	SEVERO
O autista com grau considerado leve é o que menos possui as características da tríade, por isso necessitam de pouco suporte. Eles fazem uso da linguagem de forma peculiar (ecolalia), no entanto se fazem entender. Gostam de rotina e organização. Possuem comportamentos repetitivos e restritos.	O autista com grau moderado necessita de suporte, no entanto menos do que no grau severo. É notável a dificuldade de comunicação, contudo consegue se comunicar. Se irritam com facilidade e gostam de rotina. Eles tem normalmente as mesmas características dos de grau severo, porém com menor intensidade e com menos prejuízo na comunicação.	O autista com grau severo necessita de muito suporte. Apresentam grave dificuldade na comunicação, isso reflete na interação social, tendo um comportamento pouco flexível, estando bastante preso à rotinas, são muitíssimos estressados e presos à rotinas.

Fonte: (CUNHA, 2017)

É importante lembrar que os graus do autismo não devem ser tidos como via de regra, o que possibilita a variação no comportamento de acordo com cada indivíduo, de acordo com o tratamento que o autista recebe e com os estímulos que lhes são proporcionados.

É bastante comum que pessoas com autismo tenham alguma patologia associada. Sobre isso Orrú discorre:

Em geral é comum diagnosticar-se uma doença, com base em resultados concretos (exames laboratoriais) ou 'visíveis' aos olhos (síndrome de Down). A ausência de indícios visuais dificulta o diagnóstico do autismo. Nos casos de autismo associado a outra patologia, muitas crianças têm recebido atendimento médico insuficiente às suas necessidades. Precisam, além de medicamentos específicos para a doença distinguida, um atendimento e um programa adequado às necessidades inerentes ao autismo. Não é incomum um indivíduo com mais de uma condição clínica associada ao autismo; pelo contrário, é uma situação frequente. (ORRÚ, 2012, p. 28, grifos do autor)

O diagnóstico precoce é importante para o quanto antes se iniciar o tratamento. Como ainda há questões que não foram decifradas, o que pode ser feito são tratamentos com especialistas da área que servem como apoio e estímulos aos autistas.

3.3 Os aprendentes Autistas

No mundo existem aproximadamente 70 milhões de pessoas com autismo, (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012), o que leva ao questionamento: como estão essas crianças na escola? Sabe-se que educar não é tarefa fácil, exige muito esforço e dedicação por parte do educador e de toda a comunidade escolar. E educar uma criança com autismo, seria uma tarefa semelhante a educar uma criança neurotípica?

Mesmo o autismo sendo estudado há aproximadamente 6 décadas, ainda não se tem todas as respostas para o transtorno. Como afirma Orrú:

As questões sobre os possíveis agentes causadores do autismo são muito polêmicas. Inquirem-se desde causas psicológicas, disfunções cerebrais e alterações de neurotransmissores e fatores ambientais, como definidores da doença, até os de natureza genética, sendo esta última levantada e analisada mais recentemente por diversos cientistas. [...] (ORRÚ, 2012, p.27)

Como já dito, conviver com autistas é desafiador, pois compreender suas necessidades específicas se torna muitas vezes uma barreira para os envolvidos neste processo. Na educação não é diferente, quando uma criança apresenta alguma dificuldade e necessidade específica, os educadores muitas vezes se veem, por diversos motivos, distanciados dela. No caso do espectro autista, a falta de habilidade de sociabilização é uma barreira a mais que contribui com esse distanciamento. No

entanto, cabe ao professor “construir pontes” para que o aluno possa ter acesso à inclusão e ao conhecimento.

Mesmo tendo a convicção de que a escola não consegue cuidar de todos os desafios e os pais precisam procurar outros especialistas, sabemos que ela precisa exercer sua função de ensinar. A escola é o ponto norteador para o aluno com autismo, pois é neste espaço que a criança será estimulada a exercitar o desenvolvimento de suas habilidades e é no ambiente escolar que ela precisará aprender conviver e se relacionar com outras pessoas que não são da sua família.

Para qualquer criança o ingresso na escola é uma ocasião muito importante. A escola se torna espaço de socialização, uma vez que o estudante com autismo tem dificuldade nesse aspecto, a escola contribui com esse estímulo. Esse é o primeiro ponto em que a escola contribui com os autistas. A respeito dessa interação, Sant'ana e Santos, destacam que:

O processo de inclusão escolar das pessoas com TEA deve acontecer por meio de práticas pedagógicas voltadas ao cotidiano dos alunos, tendo por base suas experiências e ações do dia a dia, para a promoção do desenvolvimento da criança como pessoa e não como deficiente. Para isso, além do que simplesmente colocá-las dentro do espaço escolar, é preciso proporcionar uma aprendizagem significativa, baseada em suas potencialidades e práticas cotidianas [...]. (SANT'ANA; SANTOS, 2015, p.112).

A rotina escolar também é um outro aspecto importante que contribui no desenvolvimento dos autistas. As pessoas com autismo, geralmente possuem apego por rotina, nesse sentido as normas que geralmente tem o ambiente escolar, podem facilitar a convivência e a adaptação. De início trabalhos que envolvam autonomia são mais importantes que aprender ler e escrever. Exercícios como cuidar de si, de seus pertences de seu corpo, se alimentar, executar tarefas simples do dia a dia como pegar água no bebedouro, precedem exercícios acadêmicos.

É importante ressaltar que, na educação, não existem modelos, mas adaptações que facilitam a aprendizagem. Sendo assim, o primeiro passo parte da família ao procurar entender a importância da escola na vida da criança e a necessidade de matriculá-lo.

Ir à escola, conhecer todo o espaço físico, a equipe, a comunidade escolar e todo o corpo docente é importante para se ter maior tranquilidade ao deixar a criança sob os cuidados da instituição. Após a matrícula é importante que se leve a criança

para conhecer também todo o espaço escolar, principalmente a sala em que irá estudar.

Como enfatiza Orrú (2012) o professor deve preparar também a turma antes da chegada da criança autista, devendo falar sobre diversidade, respeito e explicar que o novo colega precisa da ajuda e da colaboração de todos.

A criança com autismo tem assegurado por lei um acompanhante, mas isso não pode se tornar um obstáculo, pelo contrário, esse acompanhante tem por função auxiliar a criança criando possibilidades para que ela aprenda e se desenvolva. O acompanhante deve entender que a criança deverá fazer sozinha o que ela conseguir, e que ele está ali para ajudar somente caso precise, como por exemplo ajudar ir ao banheiro, a se limpar e ir ensinando a criança a realizar sozinha tais tarefas.

Mesmo não havendo modelos prontos, algumas medidas podem ser tomadas para que os autistas interajam melhor no ambiente escolar e tenham menos dificuldade na hora da aprendizagem. Vejamos alguns pontos que merecem destaque para se pensar nos aprendentes autistas (ORRÚ, 2012):

A preparação do ambiente: Uma sala de aula deve ser pensada para a diversidade de seus alunos, então se há uma criança com autismo que repudia muita informação visual, não gosta de cores vibrantes, a sala deve ser pensada para isso. O ambiente com cores claras, com pouca informação visual, o mais tranquilo possível é o ideal. Brito (2015) também deixa claro a importância do ambiente quando destaca que ele deve ser simples, formado por grupos pequenos de crianças, no qual o educador estabeleça seus objetivos de forma clara e explícita.

Partir do interesse da criança: Sabemos que não é possível fazer um plano de aula para cada criança, no entanto é possível fazer adaptações no plano para que os conteúdos e objetivos atinjam a todos. É preciso dar valor nas preferências das crianças autistas para que elas tenham interesse no que vai ser ensinado. A respeito disso Silva, Gaiato e Reveles, apontam:

Quando nos referimos a crianças com autismo, é importante sempre estarmos atentos à suas preferências. Se ela gosta de copiar e desenhar, podemos, por meio disso, direcioná-las a atividades complementares. Precisamos encontrar uma forma de ativar as possibilidades de aprender, utilizando os recursos disponíveis. (SILVA; GAIATO; REVELES. 2012. p. 88)

Continuando com Orrú, é possível afirmar que se torna necessário partir do interesse da criança e não do que foi pensado para o restante da turma. Por exemplo, a maioria dos autistas, tem interesse fixo em determinado objeto, então o professor precisa partir do interesse da criança para adaptar o plano de modo que ele também aprenda. Pode ser que ele não aprenda tudo ou aprenda pouquíssimas coisas, mas aos poucos, com muito estímulo, ele progredirá cada vez mais.

Períodos curtos: Para os aprendentes autistas os períodos de atividades devem ser curtos, eles não suportam ficar muito tempo presos em uma única atividade, por isso o plano deve ser diversificado e bastante rico de atividades simples e curtas.

Frases diretas: Os autistas apresentam dificuldade em entender metáforas, o professor precisa ser direto, esclarecido, claro e sucinto. O ideal é que sua fala seja apoiada com alguma figura, pois como são bastante visuais haverá uma maior compreensão. Não vai adiantar dizer para um autista “pare de fazer estripulia menino”, pois ele dificilmente compreenderá o que se deseja.

Desenvolvimento de rotina: O ideal é que o professor desenvolva uma rotina com a turma e que isso seja ilustrado e fixado no mural da sala, por exemplo: se na segunda-feira o horário for: aula na biblioteca, aula de Ciências e após o intervalo Educação Física, o professor pode usar ilustrações para que os alunos possam acompanhar o decorrer das atividades que serão realizadas naquele dia. Essas ilustrações podem ser fixadas em um mural, no início da aula. As ilustrações podem ser: uma imagem de crianças lendo livros embaixo escrito biblioteca, outra imagem fixada ao lado com crianças de jaleco em um laboratório de ciências escrito Ciências embaixo da figura, uma outra figura com crianças comendo escrito intervalo, outra de crianças jogando futebol escrito Educação Física e uma última imagem de crianças com a mochila nas costas indo embora escrito saída. Essas ilustrações das tarefas do dia a dia, facilitam na organização mental da criança, uma vez que eles são fixos em rotinas e compreendem melhor quando elas são ligadas às ilustrações.

Por conta dessa obsessão por rotinas, coisas novas para os autistas podem gerar grande desconforto. A respeito disso, Orrú descreve que:

Diante daquilo que é apresentado ao autista como novidade, mesmo sendo indiscutivelmente necessário para a sua aprendizagem, é preciso ter cautela. O que é novo pode lhe gerar angústia e repulsa, por não compreender o motivo de tal imposição, pois tem uma

síndrome comprometedora de sua função simbólica, agravante de alterações em sua comunicação. Deve ser evidenciado pelo profissional o respeito à individualidade dessa pessoa, aceitando seus limites e propondo estratégias para a superação das barreiras apresentadas, incentivando o desenvolvimento e o crescimento de seu potencial global. (ORRÚ, 2012, p.37)

Professores qualificados, preparados e em constante busca de aprimoramento são essenciais na aprendizagem das crianças. Sobre isso Martins expõe que:

Está previsto, assim, que na formação inicial, durante a graduação, todos os futuros professores da Educação Básica devem desenvolver competências para atuar também com alunos que apresentem necessidades especiais, em qualquer etapa ou modalidade de ensino, na perspectiva de se efetivar a educação inclusiva. (MARTINS, 2012, p.29-30).

Um professor que não busca se qualificar a partir da demanda de seus alunos não consegue atingir o objetivo da educação. Como ensinar uma criança com autismo se não se sabe nem mesmo o que é o autismo? Por isso o docente deve estar em uma constante busca, investigação e pesquisa aprimorando sempre seus conhecimentos acerca das especificidades de seus alunos.

Deste modo, o professor deve estar em constante processo de formação continuada tendo a compreensão de que o processo de formação não é estático, mas sim um contínuo incessante que sempre deve buscar novas formas de conhecimento.

Todo professor precisa ter o desejo de buscar conhecimento e uma formação a partir das especificidades de cada aluno. Especificidade esta, que inclui crianças com dificuldades de aprendizagem, patologias, transtornos, deficiências e toda a diversidade que uma sala de aula compõe. Portanto, é necessário que o docente tenha formação e preparação adequada a fim de proporcionar um ensino de qualidade a todos os seus alunos, sem distinção.

Por fim, não podemos esquecer que o conjunto família e escola se torna essencial na aprendizagem das crianças com autismo, pois o que acontece na escola precisa ter continuidade em casa e isso só acontece quando os pais compreendem a importância da educação na vida de seus filhos.

Para qualquer estudante, a parceria família e escola se faz necessário. Um pai interessado na vida escolar do filho o incentiva e o motiva na continuação e dedicação de seus estudos. Escola e família devem caminhar na mesma direção, para que não

haja contradições de um ambiente ao outro. Por isso a família e a escola devem se conhecer bem, para trabalhar em conjunto. Nesse sentido, Cunha enfatiza:

A escola está inserida na educação entre a família e a sociedade, onde se adquire princípios e regras estabelecidas para o convívio. Ainda que seja normal existir em qualquer aluno posturas comportamentais diferentes em casa e na escola, no autismo, isto poderá trazer grande prejuízo. Por isso, é necessário que os pais e os profissionais da escola trabalhem da mesma forma, estabelecendo os mesmos princípios que permitirão uma articulação harmoniosa na educação. (CUNHA, 2017, p.93)

A educação de qualquer criança não depende única e exclusivamente da escola, quando os pais passam a perceber isso e estarem presentes constantemente na vida escolar dos filhos, tudo se modifica, pois a articulação entre escola e família começa a surtir efeito. Pais e professores devem sempre ter em mente que, como afirma Silva; Gaiato; Reveles:

[...] para que o aprendizado seja eficaz, é fundamental que haja palavras de incentivo e elogios sempre, bem como premiações quando ela conseguir realizar avanços, mesmo que pequenos. Críticas e expressões de reprovação estão proibidas nessa fase! A criança nunca pode associar o aprendizado a algo aversivo, mas sim a algo prazeroso e positivo. É claro que não existe uma fórmula mágica no trato com alunos com autismo. Tudo requer tempo, persistência e muita dedicação (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 88)

Esses são alguns pontos relevantes para que o autista se desenvolva melhor no ambiente escolar. No entanto, sabemos que não existe uma forma pronta e acabada para que as crianças neurotípicas aprendam, isso não é diferente com os autistas. Sobre isso Cunha (2017) aponta:

A educação para a aquisição de habilidades acadêmicas é também uma educação social, que deve partir dos interesses e carências do aluno, não sendo tratada no seu déficit, mas principalmente na sua singularidade como ser humano. [...] (CUNHA, 2017, p. 107)

Assim como as crianças que não possuem o transtorno, eles têm suas singularidades e potencialidades que variam de criança para criança. O que podemos pensar são meios que facilitam de certa forma o ensino e a aprendizagem do aprendente autista, através de práticas específicas que valorizam suas capacidades, refletindo nos meios e nas possibilidades antes mesmo de se pensar no transtorno.

4 INCLUIR OU EXCLUIR?

Como mencionado no capítulo anterior, o ingresso na escola é um marco muito importante na vida de qualquer criança. Mas e quando a escola exclui em vez de incluir? Afugenta ao invés de acolher?

O processo de inclusão começa no portão, no pátio, na cantina. Toda a comunidade escolar deve caminhar na mesma direção em uma via de mão única que visa um só objetivo: a inclusão.

Mas o que é mesmo a inclusão? Inclusão advém do verbo incluir, do latim *includere*. De acordo com o dicionário online Aurélio inclusão é “O ato ou efeito de incluir”. Incluir, por sua vez, significa “Abranger; compreender; conter; envolver; implicar; pôr ou estar dentro; inserir num ou fazer parte de um grupo”.

Se incluir é o mesmo que estar dentro será que nossos alunos estão de fato inclusos? Se analisarmos o significado literal da palavra, pode-se crer que estejam. No entanto, o problema de estar do lado de fora da sala de aula comum, atualmente, é quase inexistente, pois o aluno com Necessidades Educacionais Especiais tem garantido por lei o direito de estar dentro da sala de aula.

No entanto, se fizermos uma análise mais aprofundada da questão e menos literal do termo “inclusão”, será possível notar que boa parte das crianças com alguma deficiência ainda não estão inclusas na escola regular. Estão apenas presentes no interior das salas de aula, mas nem sempre exercem seu direito de terem facilitadas e propiciadas as condições de aprendizagem, de fato.

Se pensarmos a inclusão como de fato estar e fazer parte da turma, aprender e ter sentimento de pertença, muitas crianças ainda se encontram em estado de exclusão, que ao contrário de incluir, significa retirar.

Retirar o quê? Retirar o direito que a criança tem além de estar ali, de aprender, interagir, evoluir em seu aprendizado. Não podemos pensar em inclusão escolar sem mencionar os seguintes pontos: o ambiente escolar e o papel do professor.

O ambiente escolar inclusivo deve ser acolhedor e atrativo, ele precisa ser uma extensão do lar para que de fato as crianças se sintam à vontade em estar ali. Ninguém é capaz de aprender em um local que não se queira estar, que não acolhe nem é prazeroso de estar. A respeito desse ambiente, Cunha ressalta que:

Não podemos pensar em inclusão escolar, sem pensarmos em ambiente inclusivo. Inclusivo não somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas[...]. Os alunos necessitam encontrar na estrutura do ambiente a acolhida natural que estabelece uma disciplina espontânea, que não subjuga o espírito do homem, mas prepara-o para o aprendizado. Muitos chegam com a vida familiar conturbada. Ativos ou desconcentrados, abatidos ou alegres precisam ser cativados pelo espaço escolar [...]. (CUNHA, 2017, p. 100)

Por isso há a necessidade do preparo adequado do ambiente, de modo que atenda todos os estudantes, sejam eles deficientes ou não, a preparação deve atender a toda diversidade da demanda escolar da instituição.

O segundo ponto a ser pensado é o papel do professor. Este talvez seja o ponto mais importante e crucial da educação, o esforço do professor somado ao seu interesse em pesquisar e estudar sobre a diversidade existente em sua turma, buscando sempre aprimorar sua conduta, podem fazer grande sucesso na vida de uma criança.

O professor tem a função de instigar a criança a aprender, é ele quem propicia diferentes metodologias de forma que abranja as diferentes necessidades de cada criança. Segundo Cunha:

Não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre dificuldades de aprendizagem e modos de intervenção psicopedagógica se não conseguir incluir o aluno. E como fazer a inclusão? Primeiro, sem rótulos e, depois, com ações de qualidade [...]. (CUNHA, 2017, p. 101).

Se o professor estiver preocupado com o aprendizado de seu aluno dificilmente ele não irá aprender, pois com isso o professor irá investigar as mais diversas maneiras para que ele aprenda e não se contentará enquanto isso não ocorrer. Sendo assim, a inclusão é muito facilitada pelo desempenho correto, por parte do professor, pois, se este cumprir fielmente seu papel a criança será de fato incluída e não sofrerá os prejuízos por estar ali, mas não aprender de fato.

Um dos passos mais importantes para incluir é a conscientização do professor do seu papel em sala de aula, o compromisso com o cuidar e o educar em uma vertente acolhedora pensada para o aprendente buscando sempre novos caminhos e diferentes possibilidades de aprendizado.

O professor precisa compreender que ninguém aprende tudo da mesma forma e que nem tudo que ele irá ensinar será de todo aproveitado. No entanto, ele necessita entender que buscando novos caminhos para ensinar o objetivo será alcançado.

Quando o docente acredita no ser humano como indivíduo singular e capaz, ele aperta a alavanca para o sucesso de todos os seus alunos, pois ele confia na potencialidade de cada um e tende a ensinar a partir dela, tornando o aprendizado muito mais produtivo e prazeroso.

4.1 Algumas adaptações curriculares como caminho para a inclusão

Como já especificado anteriormente, o fato de o aluno estar presente na sala de aula em turma regular não significa estar incluso e aprendendo de fato. Esta inclusão deve se dar no também no contexto do cotidiano da classe. Mesmo que o autista necessite, em determinadas ocasiões, de atendimento especializado, o ambiente da sala de aula é o mais indicado à aprendizagem, pois a socialização com as outras crianças é muito enriquecedora, principalmente no que diz respeito à linguagem. Sobre isso, Orrú argumenta:

Alguns métodos utilizados para alunos com autismo privilegiam o trabalho individualizado. [...] Em nosso entendimento, o trabalho com autistas pode ter um outro direcionamento. Os alunos receberiam uma atenção individualizada conforme o plano de ensino proposto, visando atuar para o suprimento de suas necessidades no aprender; devendo, contudo, participar de classes com outros alunos sem a síndrome, pois aqueles vão contribuir para a ampliação da circulação sócio-cultural na sala de aula e colaborar com a professora na sustentação dos processos dialógicos, necessários ao desenvolvimento da linguagem dos alunos autistas. (ORRÚ, 2012, p. 152-153)

Acima de tudo, o professor precisa ter a consciência da importância daquele espaço para a criança com autismo, entendendo que mesmo que ele não aprenda na mesma medida em que as outras crianças, o fato de estar ali, socializar, ir aos poucos construindo seu conhecimento, já é um grande avanço e muito mais vale que o fato de ficar (o aluno) sentado no fundo da sala, pintando um desenho qualquer, aos cuidados únicos da auxiliar. Sobre as adaptações curriculares, Costa enfatiza que é necessária

A adaptação curricular para o trabalho com a diversidade dos alunos, tendo como referência as necessidades individuais de cada um, consiste em uma medida extraordinária diante do contexto de uma escola inclusiva, que não pode limitar-se às mudanças estruturais, mas que busque aprofundar-se nas mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais. (COSTA, 2017, p. 42)

Costa (2017), nos apresenta alguns pontos para possíveis adaptações no plano de aula do professor, a fim de que a criança com autismo tenha maior facilidade em aprender o conteúdo que aquela turma está estudando. Esses são alguns exemplos dessas adaptações

- **memória, concentração e equilíbrio:** em atividades que estimulem a organização do material de trabalho;
- **socialização, direitos e deveres:** em exercícios que trabalhem limites e vida prática;
- **organização do pensamento e da linguagem:** na ordem de execução das atividades;
- **a internalização do papel do aprendente no aluno:** em atividades que valorizem a escola e os seus atores;
- **socialização, alteridade, afetividade e inclusão:** em atividades com a participação do grupo discente, em atividades de vida prática e durante as refeições com demais alunos. (COSTA, 2017, p. 44, grifos do autor)

Lembrando que não se trata em fazer um plano de aula exclusivo para a criança, porque se fosse assim, de certa forma ela ainda estaria sendo excluída. Trata-se de adaptações curriculares que podem ser feitas de modo a facilitar a compreensão do aprendente autista, lembrando que as adaptações curriculares são alterações feitas no currículo de modo que o ensino atinja a todos. Não é necessário fazer outro plano de aula, mas sim, modificar o que já está pronto para que toda turma acompanhe o conteúdo ou ao menos parte dele.

A educação inclusiva é diferente da educação integrada (CROCHIK; CROCHIK, 2008), pois exige da escola adaptações para receber alunos com alguma deficiência, que sempre representam a minoria, desde o ambiente até as adaptações curriculares devem ser modificadas em função desses alunos. Já a educação integrada aceita esses alunos no ambiente, porém pouco se adapta para atender às suas necessidades.

Educar não consiste simplesmente em desbravar labirintos na resolução de problemas, aqui em específico, os inerentes aos alunos com autismo. O educar propicia o trilhar e o construir de um processo que vai sofrendo transformações intensas até constituir suas características peculiares, considerando o contexto e a individualidade de cada um. É por meio desse processo, em que se encontram

presentes as relações sociais, a linguagem e a mediação, que o professor descobre e constrói alternativas de trabalho que podem ser exploradas para o ensino e a educação de seu aluno. (ORRÚ, 2012, p. 160)

Um professor observador e atento às necessidades de seus alunos, consegue perceber o ponto que se deve partir para atingir o que se pretende. Percebendo as necessidades do aluno o professor consegue criar condições para que esse aluno aprenda. Isso envolve observar pelo o que a criança se interessa; pelo o que ela não se interessa; o que a atrai; o que a irrita; qual atividade a criança se interessa mais; qual atividade ela menos gosta.

Sendo assim, é importante observar para saber de onde partir. Sobre a importância da observação, Cunha (2017) afirma que:

Na escola, deve-se utilizar o afeto e os estímulos peculiares do aluno para conduzi-lo ao aprendizado, porque, na educação, quem mostra o caminho é quem aprende e não quem ensina [...]. A observação, sem dúvida, é o primeiro passo para uma educação com resultados. (CUNHA, 2017, p. 29).

Se quem mostra o caminho é quem aprende e não quem ensina, não é possível que se chegue em sala de aula com um planejamento pronto e acabado sem abertura para mudanças. O planejamento deve ser flexível e apto às mudanças a qualquer momento de acordo com a necessidade dos alunos.

Pensando na questão de que as relações com os seres humanos são muito singulares, é difícil expor alguma solução para o problema de se “educar”, uma criança com autismo, até mesmo porque existem crianças que não possuem autismo e terminam o Ensino Fundamental I sem saber ler e escrever. Nesse sentido, não existe forma nem modelo. O que existe são meios que os próprios educadores devem criar, pensando na necessidade do seu aluno em específico e suas particularidades, para que ele, de uma forma ou de outra, aprenda, se socialize, se desenvolva, enfim avance no processo do saber escolarizado.

Pensar no dia a dia, em ideias simples e possíveis de se colocar em prática e não em atividades dissociadas do contexto que podem não ter significado algum para a criança. A construção deve acontecer no cotidiano, no dia a dia, sendo assim aos poucos a criança vai se apropriando do conhecimento.

A escola por si só não consegue tudo sozinha, é preciso a ajuda de toda uma equipe multidisciplinar e de outros profissionais especializados, como médicos e

psicólogos, todos caminhando na mesma direção, no sentido de ajudar nos progressos físicos, pessoais e intelectuais dessas crianças.

Esses progressos devem ser vistos desde o momento em que a criança entra na escola até o final do ano letivo, pois não é algo que se dá como um passe de mágica de um dia para o outro, mas sim em um processo contínuo que perpassa as paredes da escola e se estende para o lar e os outros ambientes. (BRITO, 2015)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição deste trabalho deu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica acerca da inclusão da criança com autismo na escola, na qual fez-se necessário estudos e pesquisas em artigos e livros, entre outros materiais relacionados com essa temática objetivando apresentar o percurso histórico do autismo perpassando por leis e documentos que tratam de questões relacionadas ao tema, bem como a definição teórica do que é o autismo e por fim como algumas práticas pedagógicas podem interferir no processo de ensino-aprendizagem dessas crianças.

O tema deste trabalho originou-se a partir do interesse pessoal a respeito da necessidade e importância do tema em relação ao processo de formação docente inicial. Deste modo, enfatizo que o desejo em pesquisar acerca do autismo e temáticas relacionadas surgiu das indagações e dúvidas pessoais de como planejar, agir e conduzir práticas pedagógicas inclusivas com crianças autistas. Mediante a suma importância deste conhecimento para a atuação docente optei por este tema recente e desafiador em relação à produção de estudos e pesquisas publicadas com o intuito de ampliar meus saberes prévios bem como construir de maneira rica, sólida e efetiva novos conhecimentos.

Mesmo chegando ao fim desta pesquisa compreendo que ela não termina aqui e não se restringe apenas ao que foi descrito aqui, sabemos que ainda há muito o que se expor sobre este tema tão delicado e importante para os profissionais da educação.

Apresentamos neste trabalho apenas algumas das inúmeras áreas que devem ser refletidas pelo professor em sua prática cotidiana, e o que aqui trazemos é apenas um recorte de tantas outras maneiras de enxergar e lidar com crianças autistas. Destaco que para que de fato haja uma educação inclusiva é preciso haver de forma significativa ensino e inclusão articulados, compreendendo que para incluir não basta estar, mas sim fazer parte, se sentir integrante, aprender, interagir, se socializar.

Também é essencial lembrar que ninguém inclui, sem antes conhecer, nesse sentido o professor precisa conhecer o autismo, conhecer como uma criança autista se sente mais confortável em aprender e acima de tudo conhecer seus alunos e suas singularidades. De nada adianta o governo instituir leis se elas não forem conhecidas e colocadas em práticas no ambiente escolar.

Em busca da compreensão do processo de ensino aprendizagem tentamos descrever algumas condições para que a educação de fato aconteça. No entanto

também sabemos que o indivíduo é um mistério e pode surpreender, que age de maneira diferenciada e não aprende das mesmas maneiras.

Diante disso, posso afirmar que mesmo que expusésse inúmeras maneiras de como uma criança autista aprende ou se comporta, sempre teria umas que sairiam fora desta contextualização, por isso a necessidade do professor conhecer seus alunos para que na singularidade ele construa caminhos necessários para o seu aprendizado.

Precisa haver uma medida para tudo isso, para que não apareçam os “rótulos”, pois às vezes uma criança com alguma NEE não consegue exercer determinada coisa, pelo grau de dificuldade ou por simplesmente não conseguir mesmo (ninguém consegue tudo), e isso faz com que coloquemos uma barreira dizendo que ela não consegue por ser deficiente. Com isso aparecem os rótulos, às vezes as outras crianças também não conseguiriam exercer determinada coisa, mas acabamos colocando culpa única e exclusivamente em seu transtorno, esquecendo que, assim como as outras crianças, as que possuem alguma especificidade na aprendizagem, também são seres humanos que têm suas capacidades e incapacidades, muitas vezes não é por conta de sua deficiência, é simplesmente porque ele é um ser humano comum. Uma educação inclusiva serve para todos, sem rótulos, uma vez que somos diferentes uns dos outros cada com particularidades específicas.

Por intermédio das pesquisas e estudos realizados para a construção deste trabalho obtive diversas aprendizagens significativas e efetivas para a minha futura atuação docente em uma perspectiva de uma educação especial e inclusiva.

Considero que todo este trabalho, além de ter contribuído ricamente com a minha reflexão, que agora tenho aporte teórico para fazer, sobre minha prática em sala de aula e as ricas pesquisas que pude fazer a respeito da temática, sempre me colocando em uma vertente de aprendiz que procura a melhora constante da prática, considero que este também possa contribuir de forma efetiva para o campo educacional em sua totalidade; formação docente inicial; formação docente continuada, práticas pedagógicas, relações de ensino-aprendizagem e em especial com a área de educação especial com o intuito de demonstrar a necessidade e importância da real inclusão de crianças com deficiência em ambiente escolar.

Enfim, Incluir não é só depositar a criança em uma sala de aula comum, é encontrar meios para que essa criança aprenda, se integre, se socialize e de fato faça parte de uma classe comum, assim como as outras crianças (BRITO, 2015).

REFERÊNCIAS

- BRITO, Elaine Rodrigues de. A inclusão do autista a partir da educação infantil: um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no município de Sinop-Mato Grosso. In: **Revista Eventos Pedagógicos**. Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências. v.6, n.2 (15. ed.), p.82-91. jun./jul. 2015.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL, **Ministério da Educação**. Decreto nº 7.611. Brasília, 2011.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Editora brasiliense, 1981, p.7-53.
- BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei N° 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. 2012.
- CROCHIK, José Leon; CROCHIK, Nicole. Teoria crítica e educação inclusiva. **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação em educação. Campo Grande-MS, v. 14, n.28, p. 122-137, jul.-dez./2008.
- COSTA, Fihama Brenda Lucena da. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular**: análise sobre as práticas pedagógicas. Coicó-RN: UFRN, 2017.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**: Psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 31/07/2018.
- Dicionário do Aurélio. **Significado de inclusão**. Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/inclusao>. Acesso em: 12/11/2018.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 31/07/2018.

KASSAR, Mônica Carvalho Magalhães. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul.-set. 2012 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 01/08/2018.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Reflexões sobre a formação de professores com vistas a educação inclusiva**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 25-38.

ONZI, Franciele Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. Transtorno do espectro autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015. ISSN 1983-0882. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/cadped/article/viewFile/979/967>. Acesso em: 18/02/2019.

ORRÚ, Silvia Ester. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

SANT'ANA, Wallace; SANTOS, Cristiane. Educação e Transtorno do Espectro Autista. **Revista Temporis [ação]**. ISSN 2317-5516 | v.15 | n.2 | jul./dez. | 2015 | p.99-114. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/3603>. Acesso em: 19/02/2019.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayara Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.